

COTAS RACIAIS EM FOCO: A TRAJETÓRIA DOS ALUNOS NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

BRUNA CRUZ DE ANHAIA¹

Resumo

A inclusão social no ensino superior tem se transformado em questão prioritária de movimentos sociais, políticas públicas e políticas de instituições de ensino superior. Nesse cenário, em 2007, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) criou o Programa de Ações Afirmativas (PAA). Desde 2008 até o primeiro semestre de 2015, ingressaram 12.471 estudantes pela reserva de vagas (cotas) para candidatos de baixa renda, negros e indígenas. Este artigo abordou a experiência do PAA na UFRGS, enfocando as cotas para negros. Buscou-se compreender as estratégias da universidade ao adotar as cotas, apresentar resultados e mencionar estratégias de alguns estudantes para sua permanência e representatividade na instituição, além de suas perspectivas sobre os efeitos desta política.

Palavras-chave: Universidade. Ações afirmativas. UFRGS. Estudantes negros.

CUPOS RACIALES EN FOCO: LA TRAYECTORIA DE LOS ALUMNOS NEGROS EN UFRGS

Resumen

La inclusión social en la educación superior se ha transformado en prioridad de los movimientos sociales, políticas públicas y políticas de instituciones de

1 Doutoranda em Sociologia e graduanda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É integrante do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU) e do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da UFRGS e colaboradora do Laboratório de Pesquisa em Ensino Superior (LAPES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

enseñanza superior. Así, el 2007, la Universidad Federal del Río Grande del Sur (UFRGS) creó el Programa de Acciones Afirmativas (PAA). Desde 2008 hasta el primer semestre del 2015, hubo la entrada de 12.471 estudiantes por los cupos para personas de bajos ingresos, negros e indígenas. Este artículo abordó la experiencia del PAA en UFRGS, enfocándose en los cupos para negros. Se buscó comprender las estrategias de la universidad al adoptar los cupos y presentar resultados; mencionar las estrategias de estudiantes para su permanencia y representatividad en la institución, como también sus visiones sobre los efectos de esta política.

Palabras clave: Universidad. Acciones afirmativas. UFRGS. Estudiantes negros.

RACIAL QUOTAS IN FOCUS: THE TRAJECTORY OF BLACK STUDENTS AT UFRGS

Abstract

The social inclusion in higher education has become a priority issue in social movements, as well as public policies and institutions of higher education policies. In this scenario, in 2007, the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) creates the Affirmative Action Program (PPA). Since 2008 until the first half of 2015, 12,471 students entered through vacancies reserve (quotas) for applicants from low-income, black and indigenous. This article aims to approach the experience of PAA in the UFRGS, focusing on the quotas for blacks. It aims to understand the strategies of universities when adopted quotas and deliver results, mention strategies of students for their stay and representation in the institution, as well as their perspectives on the effects of this policy.

Keywords: University. Affirmative action. UFRGS. Black students.

1 Introdução

O desenvolvimento de países está atrelado ao desenvolvimento de suas nações e, neste sentido, está condicionado à redução das privações nas quais seus diferentes grupos populacionais se encontram (SEN, 2000). Promover oportunidades sociais a todos deve, então, consistir em um dos elementos basilares dos projetos de desenvolvimento pelos governos.

A educação desempenha papel fundamental nesse processo, uma vez que acessá-la permite não apenas a instrumentalização do indivíduo (saber ler, escrever, fazer cálculos aritméticos, etc.), como também viabiliza outras capacitações (manter-se informado, difundir opiniões através da escrita, etc.). Ao indivíduo que a acessa, possibilita-se compreender, atuar e influenciar o mundo; a educação confere-lhe poder. Tal afirmação ganha maiores proporções, sobretudo quando se refere aos mais altos níveis educacionais.² Assim, o tema da inclusão social nestes tem se transformado em uma das questões prioritárias de movimentos sociais, bem como de políticas públicas e de políticas de instituições de ensino terciário como forma de superar desigualdades.

No que tange às entidades negras, especificamente, Gomes (2012) destaca que a educação tem merecido especial atenção ao longo de suas trajetórias. O movimento negro entende que a educação é um direito que foi paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, representando uma possibilidade a mais de ascensão social; ela também constitui uma aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e corresponde a um espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação.

Até a década de 1980, a luta do movimento negro pelo acesso à educação era marcada por um discurso mais universalista. Porém, ao se constatar que as políticas públicas de caráter universal não atendiam à grande massa da população negra, esse discurso passou a mudar. É nesse cenário que a discussão sobre as ações afirmativas (AAs) emergiu no interior da militância como uma possibilidade e uma demanda, em especial, na modalidade de cotas (GOMES, 2012).

A entrada das AAs na agenda política nacional, entretanto, tem como um dos marcos um evento que data do início dos anos 2000: a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Realizada em Durban, no ano de 2001, ela contou com a participação do governo brasileiro, assim como do movimento negro. Na ocasião, o Brasil colocou-se entre os signatários da declaração ali elaborada e, a partir de então, parece inescapável a participação mais efetiva do Estado brasileiro na adoção de políticas públicas e sociais orientadas à população negra (GRIN, 2010).

2 Como alerta Bobbio (2004, p. 209), “entramos na era que é chamada de pós-moderna e é caracterizada pelo enorme progresso, vertiginoso e irreversível, da transformação tecnológica e, conseqüentemente, também tecnocrática do mundo. [...] O crescimento do saber só fez aumentar a possibilidade do homem de dominar a natureza e os outros homens”.

Nos anos seguintes, passou-se a observar a criação dos primeiros programas de ação afirmativa em instituições de ensino superior (IES) no país: em 2001, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, em 2003, na Universidade de Brasília (UnB). No ano de 2007, foi a vez da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aderir ao movimento através de aprovação em seu Conselho Universitário (Consun).

Desde o início de sua vigência, em 2008, até o primeiro semestre de 2015, o Programa de Ações Afirmativas (PAA) da UFRGS viabilizou o ingresso de 12.471 estudantes através de cotas para candidatos de baixa renda, negros e indígenas. Destes, cerca de 3.360 ingressaram pelas cotas raciais para negros, dos quais 182 haviam se diplomado até aquele ano (UFRGS, 2015).

Assim, este artigo tem por objetivo abordar a experiência do PAA na UFRGS, enfocando as cotas raciais para negros. Pretende-se compreender as estratégias adotadas pela instituição ao implementar uma política com tal recorte, apresentar resultados e mencionar estratégias desenvolvidas por alguns destes estudantes para sua permanência e representatividade na instituição, além de suas perspectivas a respeito dos efeitos da política de cotas dentro e fora da universidade.

2 O PAA na UFRGS

O processo de formulação do programa na UFRGS foi permeado por debates e por disputas e envolveu diversos atores, dentre os quais um dos fundamentais foi o Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA). Criado a partir da iniciativa de estudantes, em 2005, o GTAA era composto por alunos, professores e técnicos da universidade, comunidades indígenas, o movimento negro e movimentos sociais diversos e tinha por objetivo impulsionar o debate sobre AAs na UFRGS.³

Inicialmente, o grupo reunia-se para apresentar e discutir dados sobre raça e renda e propor políticas que abrandassem as disparidades sócio-raciais dentro da IES. Impulsionado pelo contexto nacional de debates acerca de AAs na educação superior, deu-se seguimento ao trabalho, dedicando-se especial atenção às ações afirmativas, que assumem o formato de reserva de vagas. Deste modo, foi na perspectiva de redução da desigualdade racial e social que o Grupo passou a

3 A partir da atividade comemorativa da Semana da Consciência Negra de 2007, promovida pelo grupo, ele passa a se chamar Fórum de Ações Afirmativas.

construir – através de estudos e pesquisas – uma proposta de democratização do acesso à universidade (OLIVEIRA et al., 2010).

A proposta elaborada previa a reserva de, no mínimo, 20% das vagas de cada curso de graduação e de formação técnica para candidatos negros e 20% das vagas de cada curso de graduação e de formação técnica para candidatos egressos de escola pública (EEPs) – estes deveriam ter cursado todo o Ensino Fundamental e Médio nessas escolas – e a criação de vagas suplementares para estudantes indígenas nos cursos indicados por suas comunidades (OLIVEIRA et al., 2010). Nesse sentido, palestras e discussões foram realizadas na universidade a fim de estimular o debate sobre o sistema de cotas.

Já no final de 2006, de acordo com Bigossi (2009), atividades sobre o tema também eram promovidas não apenas pelo GTAA, mas também pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRGS, pela Pró-Reitoria de Extensão, por movimentos sociais diversos e pelos professores e estudantes da universidade. As atividades promovidas por diferentes grupos, que ganharam maior número dois meses antes da votação do Consun a respeito do Programa de Ações Afirmativas, eram frequentadas principalmente por estudantes, professores e servidores técnicos da UFRGS, além de integrantes de movimentos sociais e de grande número de estudantes do ensino médio, levados por seus professores com o intuito de se informarem sobre como concorrer às vagas no vestibular após a aprovação do sistema de cotas. Em outubro de tal ano, a Reitoria da UFRGS criou

A Comissão Especial de Ações Afirmativas (CEAA), implementada pelo Consun e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), e composta por seis representantes docentes, dois técnicos-administrativos e uma estudante, [...] [iniciando] suas atividades no final de outubro de 2006. [...] [A Comissão tinha por] objetivo de sistematizar a elaboração da proposta a ser apresentada, para votação, pelo Conselho Universitário (OLIVEIRA et al., 2010, p. 75).

Desse modo, o GTAA encaminhou para a apreciação desta comissão a proposta construída junto aos movimentos sociais.⁴ Um dos membros da CEAA, no entanto, manifestou discordância quanto ao modelo de reserva de vagas sugerido e propôs a adoção de concessão de bônus na pontuação do vestibular dos candidatos autodeclarados negros, indígenas e oriundos de escolas públicas. A proposta elaborada pela Comissão ao Consun também despertou insatisfação

4 No período em questão, integrantes do GT também realizaram uma série de visitas a membros do conselho a fim de apresentar a sua proposta.

em alguns dos membros do Conselho, levando-os a elaborar uma contraproposta que, segundo eles, “alteraria o mínimo possível a estrutura da Universidade” (OLIVEIRA et al., 2010, p. 77).⁵ Por fim, a Comissão apresentou uma proposta reformulada que previa a reserva de: (1) 30% das vagas ofertadas em cada curso para EEPs – sendo 50% deste percentual, ou seja, 15% das vagas ofertadas em cada curso destinado a candidatos EEPs autodeclarados negros; e, (2) a criação de vagas suplementares para estudantes indígenas nos cursos indicados por suas comunidades. Ela foi levada à votação do Conselho Universitário no dia 29 de junho de 2007, sendo aprovada por 43 votos a 27. Através da Decisão nº 134, os membros do Consun criaram, então, o Programa de Ações Afirmativas na UFRGS.

O Programa foi avaliado, em 2012, e se decidiu por sua renovação por mais 5 anos.⁶ Semanas após esta decisão do Consun, o PAA sofreu alterações devido ao sancionamento da Lei nº 12.711, que institui a obrigatoriedade de cotas e de critérios uniformes de candidatura a elas em todas as universidades federais e institutos técnicos federais no país. De acordo com o texto, essas instituições devem reservar 50% das vagas ofertadas para essa modalidade de ingresso, subdividindo-se em quatro categorias: (a) egressos do ensino médio em escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salários mínimos nacional per capita; (b) egressos do ensino médio em escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salários mínimos nacional per capita e com registro de autodeclaração étnico-racial (preto, pardo ou índio); (c) egressos do ensino médio em escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 salários mínimos nacional per capita; e (d) egressos do ensino médio em escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 salários mínimos nacional per capita e com autodeclaração étnico-racial (preto, pardo ou índio) (BRASIL, 2012).

Observa-se, portanto, diversos pontos de tensão e de negociação no decorrer do processo de elaboração da política de ação afirmativa. Nele, verifica-se o papel fundamental exercido por grupos internos e externos à universidade (tais como o GTAA, os movimentos sociais e os estudantes secundaristas) no sentido da aprovação do PAA na UFRGS. Ressalta-se, entretanto, que o estabelecimento

5 “Esta proposta, que tinha como objetivo conciliar as diversas posições existentes entre os conselheiros previa 20% de reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública, 10% de cotas raciais e 10 vagas para indígenas, sendo que dentro destes percentuais seriam computados aqueles estudantes que fossem classificados pelo acesso universal, ou seja, aqueles que entrariam na Universidade sem fazer uso de cotas” (OLIVEIRA et al., 2010, p. 77).

6 O processo de avaliação e renovação do PAA não foi livre de disputas. A exemplo de 2007, antecederam a ele meses de debates e diversas iniciativas relativas ao tema das AAs, em geral, e do Programa, em específico. Nesta época, verifica-se a forte atuação de entidades como o Fórum de Ações Afirmativas e o DCE no sentido da aprovação da política.

da obrigatoriedade de AAs no ensino superior público federal, a partir da Lei nº 12.711, não significa que haja conformidade entre todos os atores institucionais (docentes, técnicos e universitários) a respeito de sua justiça ou adequação, razão pela qual o monitoramento e o fortalecimento da política, no decorrer de sua implementação, têm importância.

Desde o início da adoção de cotas na UFRGS até o primeiro semestre de 2015, ingressaram na instituição 12.471 estudantes pelas cotas para negros, indígenas ou pessoas de baixa renda. Cerca de 27% destes estudantes ingressaram pelas cotas raciais para negros, correspondendo a cerca de 3.360 alunos. Nesse mesmo período, diplomaram-se 182 cotistas negros, ou seja, cerca de 5% dos ingressantes pelas cotas com este recorte racial (UFRGS, 2015). Uma das razões para o baixo percentual é o grau de retenção destes estudantes ao longo de seus cursos.

Segundo dados do Relatório da Coordenadoria de Ações Afirmativas,

[...] as diferenças em termos de evasão [entre ingressantes pelo sistema universal e ingressantes pelas cotas para EEPs ou negros] são efêmeras [...] e nada significativas; no geral, percebe-se uma diferença em termos de alunos egressos e ativos, que sugere novamente, confirmando quanto já verificado no Relatório de 2014, que a diferença entre alunos cotistas e não cotistas está, principalmente, na retenção, com os primeiros empregando um número maior de semestres para a integralização dos créditos (UFRGS, 2015, p. 16).

Decorre disso a importância de políticas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência destes estudantes e que viabilizem a conclusão dos estudos dos cotistas na UFRGS.

Apresentados os processos de elaboração do PAA, o seu desenho e as estratégias adotadas pela instituição ao implementá-lo, além de alguns resultados, o tópico a seguir aborda aspectos gerais sobre a presença da população negra no sistema educacional brasileiro e outros que concernem à política de cotas na UFRGS.

3 Os estudantes negros e o sistema educacional

A universalização de algumas etapas de ensino, no país, pode ser atestada: em 2013, a frequência líquida brasileira⁷ no ensino fundamental era de 92,5% e

⁷ A taxa de frequência líquida é calculada a partir do percentual de alunos na faixa etária adequada para uma determinada etapa sobre o total da população da faixa etária prevista para a etapa referida (MEC/Inep, 2016).

não existiam diferenças destacadas entre os grupos raciais (o percentual chegava a 92,4% de frequência entre a população negra e 92,7% entre a população branca, por exemplo). Analisando-se o ensino médio, entretanto, observava-se uma queda abrupta da frequência líquida brasileira e também o aumento da diferença entre os percentuais de distintos grupos raciais: nesta etapa de ensino, a média brasileira era de 55,1% (o percentual chegava a 63,7% entre a população branca e a 49,3% entre a população negra). Na educação superior, estes dois fenômenos se repetiam: a frequência líquida brasileira caía para 16,3%, sendo que esta média era superada pelo percentual obtido entre a população branca (23,4%) que equivalia a mais que o dobro da frequência registrada entre a população negra (10,7%) (IBGE, 2014).

A partir dessas observações, pode-se afirmar que a população negra ainda enfrenta obstáculos para o acesso e a permanência nos distintos espaços educacionais. Ademais, cabe recordar a constatação de Carlos Hasenbalg em entrevista a Guimarães (2006, p. 261): “A desigualdade educacional entre brancos e não-brancos irá se refletir posteriormente em padrões diferenciados de inserção desses grupos de cor na estrutura ocupacional”.

Estas e outras desigualdades de condições constituem o racismo, o qual se reproduz, em termos materiais,

[...] pelo jogo contraditório entre uma cidadania definida, por um lado, e, por outro, uma cidadania cujos direitos são, em geral, ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência cotidiana. O racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas (GUIMARÃES, 2005, p. 59).

Em estudo realizado com 84 estudantes do curso de Direito da UFRGS sobre a sua trajetória escolar, Baranzeli (2014) verificou que 24% dos brancos afirmavam não ter estudado com colegas de cor distinta, enquanto todos os estudantes negros haviam estudado com pessoas de outras cores. Quando os estudantes brancos foram questionados sobre a cor de seus professores, averiguou-se que 39% deles não tiveram professores de cor diferente da sua.⁸ Tais constatações permitem inferir não

8 Constituíram o grupo participante desta pesquisa: 71 estudantes brancos (61 não cotistas e 10 cotistas), 12 estudantes negros (6 não cotistas e 6 cotistas) e 1 estudante amarelo (cuja forma de ingresso não foi identificada).

apenas que a convivência inter-racial no espaço da sala de aula pode ser mais estranha aos estudantes brancos, de modo geral, como também que há a necessidade de formação de educadores negros para, por exemplo, atuarem na educação básica e, por conseguinte, ocuparem um espaço de representação e de poder.

A criação e a implementação de ações afirmativas com recorte racial no ensino superior poderiam, assim, contribuir para o acesso e a permanência da população negra neste nível de ensino. Ademais, ao promovê-los, seria possível propiciar a convivência inter-racial nos diferentes espaços da universidade e contribuir para a formação de profissionais negros – dentre os quais estão educadores e intelectuais envolvidos na produção do saber. Como destaca Hasenbalg,

O efeito esperado das políticas de cotas raciais nas universidades públicas e de vagas para alunos de famílias carentes nas universidades privadas, incluindo pretos e pardos, por meio do ProUni [Programa Universidade para Todos], é o aumento da presença de não-brancos em posições sociais de destaque. Isso, por sua vez, deverá socavar os estereótipos negativos que [...] delimitam os “lugares apropriados” para os não-brancos. Trata-se de acelerar significativamente a incorporação de não-brancos em papéis que propiciem modelos de identificação (*role models*) (GUIMARÃES, 2006, p. 267).

Em investigação realizada por Anhaia (2013) com dez cotistas negros de diferentes cursos da UFRGS, averiguou-se que grande parte deles havia vivenciado alguma greve no decorrer da educação básica e a falta de professores de alguma matéria. Tais vivências evidenciam as condições desvantajosas de concorrência destes estudantes no momento de candidatura à vaga no ensino superior. A maioria absoluta deles ainda afirmava sentir-se privilegiada e vitoriosa por estar cursando uma graduação e contavam que suas famílias estavam orgulhosas. Os alunos também afirmaram que fazer uma faculdade sempre foi uma meta e que as cotas teriam reduzido os obstáculos para atingi-la. Pode-se, então, dizer que as AAs agiram no sentido de reduzir ou abrandar as desigualdades que determinavam e diferenciavam as oportunidades de acesso à educação superior (MCCOWAN, 2007; RAWLS, 1997).

A despeito desses elogios, cabe mencionar que foram também realizadas críticas ao PAA da UFRGS. Nesse sentido, afirmava-se que a política muitas vezes se encerrava na etapa de seu ingresso na universidade – crítica que foi justificada por eles em virtude do desconhecimento de políticas de permanência, sua divulgação insuficiente ou processo de candidatura muito burocrático. Segundo os estudantes, o Programa deveria ter maior oferta de benefícios financeiros, ampliar difusão de informações sobre os diferentes auxílios e ações, disponibilizar

acompanhamento psicológico e fortalecer uma identidade positiva dos beneficiários de ações afirmativas, dentre outros aspectos. Portanto, defendiam que as AAs fossem implementadas considerando-se um enfoque holístico, o que vai ao encontro da proposta presente no documento elaborado na Conferência de Durban (ONU, 2001).

Deve-se também ter em conta que:

A universidade é o encontro com outro *ethos*, proporcionando uma mudança na visão de mundo, novos embates. O ingresso no ensino superior é sempre positivado, mesmo com as mais diversas dificuldades para ingressar e permanecer, a vida universitária proporciona novos engajamentos e problematizações, especialmente aqueles relativos a identidade étnico-racial. Com isso, não quero dizer que antes de ingressar na universidade esses jovens não problematizassem essa condição, porém, com o ingresso no curso superior, isso é acentuado (BIGOSSO, 2009, p. 76).

A problematização de sua condição de negro na sociedade brasileira e na universidade parece se dar, em parte, pela constatação da pouca representatividade numérica desta população em dados espaços e posições (como docentes, por exemplo) e por alguns episódios de discriminação vivenciados.

De um modo geral, a receptividade às ações afirmativas no ensino superior varia conforme o recorte que assume (social ou racial), o nível de prestígio do curso em questão e as disputas de recursos distintos (simbólicos e materiais). Dessa forma, na dinâmica das universidades que adotam essas políticas inclusivas, pode-se verificar discursos e ações orientadas no sentido do não acolhimento de indivíduos de raças historicamente discriminadas, da conservação de espaços como inacessíveis para agentes não detentores de capital econômico e da restrição do acesso a diplomas de carreiras mais prestigiadas (ANHAIA, 2013).

A conquista de espaços de representação dos alunos cotistas se torna, assim, não apenas um possível efeito da política, mas também uma estratégia de resistência dos estudantes. O tópico seguinte aborda dois destes espaços, quais sejam: o Fórum de Ações Afirmativas e o Coletivo Negração, bem como a perspectiva de algumas participantes sobre diferentes questões.

4 Para além da reserva de vagas: espaços de representação e demais efeitos da política

Criado em 2005, como o GTTA, o Fórum de Ações Afirmativas passa a assim se chamar a partir da atividade comemorativa da Semana da Consciência

Negra de 2007. Ele teve forte atuação no período que antecedeu e culminou na aprovação do PAA na UFRGS. O mesmo se deu no período de discussão da política, entre 2011 e 2012, quando o Programa foi avaliado e decidiu-se pela sua continuidade no Conselho Universitário. A composição do Fórum é plural, integrando-o alunos, professores e técnicos da universidade, bem como movimentos sociais diversos. Suas atividades consistiam na organização de debates, na realização de oficinas e no apoio a outros eventos relativos à temática da ação afirmativa e racial. O Fórum preserva ainda uma página no Facebook e uma lista de e-mails através da qual seus assinantes podem se manter informados sobre distintas atividades relacionadas ao tema e à questão racial.

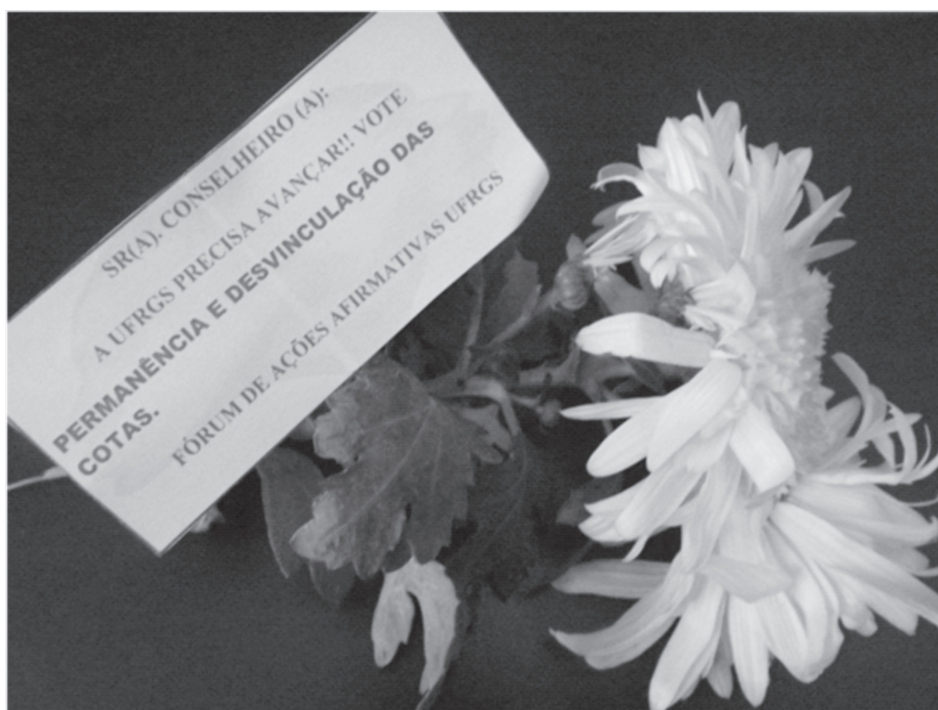


Imagem 1 – Intervenção do Fórum de Ações Afirmativas no Consun (2012)⁹
Fonte: Internet (álbum de participante no Facebook)

9 Após meses de discussão sobre as AAs e a elaboração de nova proposta de desenho do PAA, integrantes do fórum realizaram visitas a diversas unidades acadêmicas da UFRGS com direito de voto no Conselho Universitário. Numa das sessões da reunião que decidia o futuro do PAA, em agosto de 2012, entregaram-se flores aos conselheiros com um bilhete que defendia a permanência das cotas e a desvinculação das cotas raciais às sociais, ou seja, que candidatos negros pudessem concorrer às cotas raciais sem a necessidade de comprovarem vulnerabilidade econômica.

O Coletivo Negração teve como marco de sua criação uma intervenção realizada no dia 20 de setembro de 2012, quando cartazes corrigindo uma estrofe do hino do estado do Rio Grande do Sul foram levados ao acampamento comemorativo da Revolução Farroupilha que acontece anualmente na capital gaúcha, Porto Alegre.¹⁰ O coletivo debate temas como as ações afirmativas e o racismo institucional, mas também realiza outras ações relativas à questão racial, tais como a campanha “A Globeleza não nos representa” e o Sambarau, que consiste em um sarau em que se declamam obras de autoria de poetisas e poetas negros e ao qual se segue uma roda de samba. Através de um blog e de página no Facebook, pode-se acompanhar suas atividades e a divulgação de ações também relacionadas à questão racial.



Imagem 2 – Intervenção do Coletivo Negração no Parque Farroupilha (2015)
Fonte: Internet (página do Coletivo no Facebook)

Para este artigo, foram entrevistados quatro participantes, todas mulheres, de um ou dois destes grupos; delas, duas atuaram no processo de demanda e de negociação do PAA, em 2007, e duas atuaram nestes processos em 2012. Estas ingressaram pelas cotas raciais e já se diplomaram. As participantes responderam a

¹⁰ A estrofe original do hino diz: “Povo que não tem virtude acaba por ser escravo”. Na referida ocasião, o coletivo portou cartazes em que se lia: “Povo que não tem virtude acaba por *escravizar*”.

uma lista de questões enviada por e-mail em abril de 2016. Seus nomes reais são aqui citados com a anuência das entrevistadas. Passa-se, então, a apresentá-las.

Luanda Sito e Kelly Moraes participaram da construção do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas em 2005. Luanda ainda cursava a graduação em Letras e chegou a atuar como representante discente no Conselho Universitário entre 2006 e 2007. Ela se diplomou licenciada em 2006 e agora é mestra e doutora pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Kelly Moraes graduou-se em História pelas Faculdades Portoalegrenses (FAPA) em 2006, realizou especialização pela mesma instituição e titulou-se mestra em Sociologia pela UFRGS. Ambas exerceram papel fundamental nas articulações de reuniões e contatos com a universidade e com movimentos sociais com a finalidade de discutir e aprovar o PAA em 2007 – destacando-se como um destes momentos as atividades da Semana da Consciência Negra. Em 2011 e 2012, elas voltaram a desempenhar papel importante através do então Fórum de Ações Afirmativas.

Fernanda Carvalho e Adriana Correia ingressaram pelas cotas raciais na UFRGS, respectivamente, em 2008 e 2009. Fernanda se diplomou bacharela em Ciências Sociais em 2014 e atualmente cursa a Licenciatura em Ciências Sociais. Adriana se diplomou bacharela em Biomedicina, em 2013, realizou o mestrado na mesma instituição e atualmente cursa o doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ambas já integravam o Fórum em 2011 e compuseram a equipe que redigiu uma proposta de renovação do PAA no ano de 2012, a qual foi enviada ao Consun. Adriana foi representante discente no Conselho entre 2011 e 2012 e, nesse mesmo ano, passou a também integrar o Coletivo Negração.

Questionadas sobre a importância de terem acessado o ensino superior, constatou-se que as entrevistadas compartilhavam da percepção de que ele representou uma conquista individual e coletiva. Além disso, a partir dele foram ampliados contatos, conhecimentos e perspectivas de futuro.

A oportunidade de obter esta qualificação superior não representa somente uma conquista minha, mas a consequência da luta histórica de meus ancestrais, do povo negro. Esta importância, portanto, incidirá nas gerações futuras, propiciando a formação de uma intelectualidade negra e a ocupação de cargos melhores remunerados em nossa sociedade (Fernanda);

O acesso ao ensino superior me possibilitou acessar um mundo de ideias, de pessoas e de intelectuais importantes para o conhecimento e principalmente na luta política negra [...]. Não ignoro nem nego a importância do

ensino superior nesse “empoderamento” [...], claro que isso aliado a um latente e insistente questionamento de uma história que não me representava, não me convencia de que tinha sido assim. Sempre soube que os negros resistiram contra a escravidão, que construíram esse país, mas me faltavam as fontes, os dados, conhecer histórias de vida, e isso me foi oportunizado na trajetória do ensino superior [...] (Kelly).

Nesse sentido, a experiência de participação no Fórum de Ações Afirmativas ou no Coletivo Negração também se revelou como uma importante fonte de instrumentalização sobre a universidade e o mundo em geral. Ela resultou, ainda, na autoafirmação identitária.

Muito importante por uma relação de conhecimento de uma história ignorada (minha família negra, por parte de pai, rejeita seu histórico enquanto negritude). A participação em coletivos de cunho racial possibilitou a identificação das contradições sociais, das situações de racismo cotidiano, e das formas de fortalecimento coletivo, visto que ao conhecer pessoas que passam por situações semelhantes, há o reforço de autoestima e afirmação (ou reafirmação) de postura e convicções. Além disso, a militância em relação às ações afirmativas me aproximou da vivência política maior, questões que não passavam despercebidas, mas que sem a organização de um grupo não são capazes de serem modificadas (Adriana);

Com certeza a participação no Fórum, conhecer todos os envolvidos foi fundamental para a assunção da minha identidade negra. Não que eu não a tenha assumido antes, sempre assumi, pois sempre frequentei lugares em que frequentemente era a única negra. Tive poucas amigas(os) negras(os) na minha infância e adolescência, entendia que era por frequentar espaços tidos como “não-negros” (escola particular, não frequentava nenhum espaço de cultura negra na infância e adolescência). As pessoas negras com quem me relacionava eram familiares e um que outro vizinho, mas sem contatos intensos. Então, naquele momento, estar junto a muitas pessoas negras, ativistas, conscientes da necessidade de se combater o racismo em amplos espaços sociais, e entendendo que o fim do racismo se faz também pela presença de pessoas negras em todos os espaços, foi fundamental para a minha formação e para a construção política e ideológica da luta antirracista. Sem dúvida minha construção como ativista da luta antirracista não seria a mesma se não tivesse participado e aprendido muito durante toda a discussão pela implementação e aprovação da política (Kelly).

Tendo em vista a avaliação positiva das experiências nestes dois grupos (Fórum e Coletivo), salientou-se a importância dos espaços de representação

do aluno negro na universidade. Eles contribuíram, entre outros aspectos, para o compartilhamento de vivências e o levantamento de demandas, a sensação de acolhimento na instituição universitária e o destaque e a valorização da cultura negra, auxiliando no fortalecimento de sua autoestima.

Quando pensamos na assimetria na produção de conhecimentos, há dois aspectos que se mostram relevantes: a presença física dos sujeitos, mas também a presença simbólica, que se dá na legitimidade de suas agendas de pesquisa e perguntas, assim como de seus conhecimentos e formas de compreender o mundo. Há que estar de modo que se rompa com os estigmas, as desigualdades e a criação de um respeito e reconhecimento da diferença de uma perspectiva construtiva. Mas sobre isso ainda temos muito para conversar com os “outros” que já estão na universidade (Luanda);

Muito importantes [estes espaços de representação] se forem realmente pensados pelos alunos negros. É importante que a universidade promova grupos de extensão e pesquisa que possuam temáticas raciais. Entretanto, a livre organização dos estudantes, não só no âmbito de movimento estudantil, mas também como movimento racial possibilita que as cotas sejam um instrumento de transformação social, que vise o engajamento dos alunos negros em uma mudança de comportamento de sociedade e quebra de preconceitos. E não apenas uma política pública que vise apenas à entrada do indivíduo negro nas vagas escolares. A universidade deve ressaltar a importância da cultura e da vivência do aluno que ingressa junto com o conteúdo disciplinar. E o aluno deve se convencer (e ser convencido) de que as cotas não são apenas um meio de facilitar a entrada da universidade, mas uma ferramenta de caráter temporário e paliativo para que seja estabelecido um equilíbrio social através desse aluno, consciente de seu papel pioneiro em uma sociedade racista (Adriana).

Pode-se dizer que, havendo ou não ingressado no ensino superior através da política de cotas, as entrevistadas tiveram engajamentos e problematizações estimuladas pelo interesse manifesto na temática e na questão racial. Ademais, tendo em vista que elas deram continuidade aos estudos e também optaram por seguir a carreira acadêmica, é de se salientar que hoje se somam a outros cientistas e intelectuais negros na produção de conhecimento e na ocupação de espaços de poder.

É de se destacar, ainda, que três das entrevistadas já produziram monografias, dissertações e/ou teses que abordam a temática racial. Elas abordam as práticas de escrita no contexto de titulação quilombola, a socialidade batuqueira numa casa de religião e a implementação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a

inclusão do ensino da história e da cultura afro-brasileiras no currículo oficial da rede de ensino.¹¹

Estabelece-se aqui um paralelo interessante com a investigação de Bigossi (2009), que verificou o quanto são comuns os trabalhos de conclusão de curso sobre as temáticas que perpassam a identidade negra entre estudantes cotistas. Segundo ela, “o interesse pelas discussões étnico-raciais cresce a partir do ingresso na universidade e desenvolve-se numa perspectiva de pesquisa que vai ao encontro de evidenciar desigualdades ou fortalecer a importância da presença negra no Estado” (BIGOSSO, 2009, p. 73).

Em suma, pode-se afirmar que a possibilidade de acesso a este nível educacional, acarretada pela redistribuição de oportunidades através das cotas, parece resultar em ganhos presentes e na perspectiva de ganhos futuros deste grupo populacional. Ela contribuiria, assim, para o enfrentamento do racismo e a promoção do empoderamento não apenas do beneficiário da política com recorte racial, mas da coletividade da população negra (poder de), além de colaborar na ampliação do acesso desses estudantes a recursos e bens (poder para) e, na sua capacidade de tomar decisões e fazer escolhas (poder para). Ela contribuiria também para o aumento da competência e do poder de influenciar amigos e familiares (poder sobre), motivando muitos a concorrer a uma vaga no ensino superior (ANHAIA, 2013; PINTO, 1988).

5 Considerações finais

A importância da educação nas sociedades se mostrou reconhecida por diferentes entidades e atores, nacionais e internacionais, passando a ser defendida como direito universal, cuja garantia depende de medidas que corrijam desigualdades ao seu acesso. Ao longo dos anos, esse movimento é observado nas ações e discursos da ONU, do governo federal, de movimentos sociais, etc.

11 Tratam-se da tese *Escritas afirmativas: estratégias criativas para subverter a colonialidade em trajetórias de letramento acadêmico*, da dissertação *Ali tá a palavra deles: um estudo sobre práticas de letramento em uma comunidade quilombola do litoral do estado do Rio Grande do Sul* e da monografia *A Associação Comunitária como agência de letramento de uma comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul* de Luanda Rejane Soares Sito, da monografia *Raça e Fundamento: uma etnografia sobre a socialidade batuqueira em uma casa de religião do Município de Porto Alegre/RS* de Fernanda Carvalho Marques e da monografia *História e Cultura Afrobrasileira no Ensino de História da Educação de Jovens e Adultos do ensino médio: um estudo de caso* de Kelly da Silva Moraes. Todos os trabalhos estão disponíveis online.

No que tange à UFRGS, observou-se que esta aderiu às políticas de ação afirmativa em 2007, decidindo renová-las em 2012 e, poucas semanas depois, adequando-se à Lei nº 12.711. Através dos dados apresentados, constatou-se que o PAA vem inserindo negros, indígenas e brancos de baixa renda na universidade – alguns dos quais já se diplomaram. Os efeitos da política, entretanto, podem ser observados em distintas dimensões.

Entendendo-se que o PAA propiciaria a convivência inter-racial na instituição e, assim, contribuiria para um espaço plural de produção de conhecimentos, que viabilizaria a ascensão social dos cotistas e que acarretaria maiores possibilidades destes ocuparem espaços e posições de poder, ele se tornou também um fator aglutinador de distintos atores e grupos. Isso porque os processos de elaboração e de implementação do programa são permeados por disputas, debates e negociações, levando à necessidade de articulação das partes interessadas.

É nesse sentido que se observa a importância da mobilização de estudantes secundaristas e universitários e do movimento negro já em 2007, ganhando novos contornos de participação no decorrer dos anos. Os estudantes cotistas, por sua vez, também passaram a ocupar mais espaços de representação na universidade. Pode-se afirmar, então, que o programa pode ainda avançar, porém, sua simples existência constitui um fator mobilizador, uma vez que ele viabiliza debates e problematizações, a partir dos quais se congregam atores e entidades negros que cotidianamente reconstróem o presente e melhoram o futuro.

Referências

ANHAIA, Bruna Cruz de. *Educação superior e inclusão social – um estudo comparado de duas ações afirmativas no Brasil: dos debates à prática*. 2013. 234 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/81370>> Acesso em: 18 abr. 2016.

BARANZELI, Caroline. *Universidade e relações raciais: a perspectiva de estudantes do curso de Direito sobre as políticas de cotas raciais na UFRGS*. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/107984>> Acesso em: 27 abr. 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 21 fev. 2013.

BIGOSSI, Fabiela. *Trajetórias universitárias: estudo etnográfico da construção de projetos de vida dos estudantes negros em Porto Alegre – RS*. 2009. 140 f. Tese (Doutorado Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16902>>. Acesso em: 07 maio 2012.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 14 abr. 2016.

GRIN, Monica. “Raça” – debate público no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Entrevista com Carlos Hasenbalg. *Tempo social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 259-268, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MCCOWAN, Tristan. *Expansion without equity: an analysis of current policy on access to higher education in Brazil*. *Higher education*, n. 53, p. 579-598, 2007.

MEC/Inep. 10 anos do campo cor/raça no Censo Escolar. Ministério da Educação e Instituto de Estudos Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br> Acesso em: 03 de maio de 2016.

OLIVEIRA, Celinha M. et al. Ações afirmativas e cotas étnico-raciais na UFRGS. In: BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUZA, Ana Inês (Org.). *Ação Afirmativa e desigualdade na universidade brasileira*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Organização das Nações Unidas, 2001. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/2001>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

PINTO, Carla. *Empowerment, uma prática de serviço social*. In: BARATA, O. (Org.). *Política Social*. Lisboa: ISCSP, 1988. p. 247-264.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. *Relatório Bianual do Programa de Ações Afirmativas: permanência e desempenho discente 2013-2015*. 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/relatorio/relatorio-2015/relatorio-caf-2015/view>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

Submissão em: 10/04/2016.

Aprovação em: 10/05/2016.

